

PROCESSO PRODUTIVO NA CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS DE VIDA NA AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE DOMÍNIO DA UNIÃO

PRODUCTION PROCESS IN THE CONSTRUCTION OF LIVING SPACES IN FAMILY FARMING IN A UNION DOMAIN



<https://doi.org/10.22228/rtf.v16i2.1295>

Jesiel Souza Silva

 Instituto Federal Goiano

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6682-3750>

 E-mail: zielsilva@hotmail.com

Marília Luiza Peluso

 Universidade de Brasília

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9630-5014>

 E-mail: peluso@unb.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender as diversas práticas e o processo de produção agropecuária marginal dos agricultores familiares na área de domínio da União, às margens da BR-364 nos municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia no estado de Goiás. Para isso utilizou-se da metodologia qualitativa com pesquisa bibliográfica; levantamentos de dados de campo, per meio da observação direta e entrevistas; e, dados secundários, pelas diversas plataformas institucionais. Estas faixas são utilizadas como terra para trabalho e moradia, portanto, espaços de vida para os agricultores.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar; Pequena Produção; Produção de Pequena Escala.

Abstract: This work aims to understand the various practices and the marginal agricultural production process of family farmers in the Union's domain area, along the BR-364 in the municipalities of Jataí, Mineiros and Perolândia in the state of Goiás. qualitative methodology with bibliographical research; field data surveys, through direct observation and interviews; and, secondary data, by the various institutional platforms. These strips are used as land for work and housing, therefore living spaces for farmers.

Keywords: Family Farming; Small Production

Introdução

A questão da posse da terra no Brasil sempre esteve presente no cenário político nacional, instalada no período colonial desde as capitanias hereditárias e sesmarias, passando pelos ciclos da cana-de-açúcar, mineração, café, pecuária, borracha, dentre

outros, até os dias de hoje¹, cujos produtos se destinavam à exportação. Esse caráter agroexportador levou a produção de alimentos pelos agricultores de base familiar a ocupar as áreas marginais do latifúndio e, depois, em anos recentes, do agronegócio brasileiro.

O intenso processo de modernização da agricultura no cerrado brasileiro causou, e continua causando, profundas transformações, sobretudo em relação às mudanças ambientais e sociais, destacando-se as perdas e/ou empobrecimento do solo, o êxodo rural, concentração de renda e muitos outros problemas de caráter urbano e rural².

O espaço agrário goiano foi objeto de várias políticas públicas de fomento à grande produção agropecuária de grãos, carne e sucoenergética. Entretanto, as populações rurais, sobretudo os agricultores familiares, mesmo buscando novas estratégias de sobrevivência, continuam enfrentando inúmeras dificuldades para manter e comercializar suas produções.

Especificamente na microrregião do Sudoeste de Goiás, o modelo modernizador da agricultura deu-se, principalmente, nas áreas planas. A expansão da fronteira agrícola implicou em vários processos migratórios e grande avanço das atividades agropecuárias³.

As transformações no espaço rural estão ligadas à própria modernização do território bem como ao processo de expansão do capital, e se apresentaram de maneira excludente, beneficiando a produção destinada à exportação. Isso tem provocado uma divisão fundiária bem delimitada: enquanto a agricultura moderna e comercial ao longo dos anos ocupou as chapadas, a agricultura tradicional e camponesa instalou-se nas bordas, vertentes e fundos de vale⁴, e outros espaços marginais da produção agropecuária, como os das faixas nas encostas das rodovias, garantindo, assim, uma produção em pequena escala de alimentos.

Uma das áreas marginais se situa ao longo das estradas e rodovias de várias regiões brasileiras. É comum a utilização destas áreas para explorações agropecuárias, mostrando-se importante na produção de alimentos em pequena escala. As faixas de domínio da União que margeiam as rodovias são pequenos territórios fracionados, denominados também de beira de estrada ou faixa de domínio de terras públicas. Por certo, para muitos agricultores familiares é a única alternativa de trabalho e produção de alimentos. Contudo,

¹ MATTEI, Lauro Francisco. A Reforma Agrária Brasileira: Evolução do Número de Famílias Assentadas no Período Pós-redemocratização do País. *Estud. Soc. e Agric.* Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2012.

² PEDROSO; Ízula Luiza Pires Bacci. Meio ambiente, agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município do Rio Verde no sudoeste de Goiás. *Revista Urutaguá* n° 06. UEM. Maringá, 2005.

³ VALARIE, Pierre; DUARTE, Laura M. Goulart ; TOURRAND, Jean F.; COUTINHO, Cássia. Expansão do setor sucroalcooleiro e conflitos sociopolíticos no município de Rio Verde - Brasil. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 4., 2008. *Anais...* Brasília: ANPPAS, 2008.

⁴ MENDONÇA, Marcelo Rodrigues Mendonça. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano*. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

é preciso entender o contexto de sua instalação e qual a contribuição dessa produção tanto para as famílias produtoras quanto para os mercados locais, quando há excedente produtivo.

Fazem-se necessários estudos mais aprofundados sobre a relação entre os agricultores familiares que estão nas faixas de domínio da União e a sua organização nestes pequenos retalhos de terras. Em grande parte, as áreas de domínio da União são utilizadas pelas grandes explorações agrícolas como espaço contínuo das grandes propriedades de base agroexportadoras, rigorosamente utilizadas como extensão da grande propriedade. Porém, essas áreas também são utilizadas por agricultores familiares, sem alternativas de produção em outros espaços.

Os agricultores familiares que ocupam as terras da União, por não terem a posse da terra, são privados do acesso aos meios de produção de boa qualidade, da assistência técnica e extensão rural, das políticas de créditos e financiamento da produção, e, mesmo assim, contribuem para a oferta de alimentos que vão à mesa de parte dos moradores das cidades circunvizinhas.

O objetivo geral deste trabalho é compreender as práticas e o processo de produção agropecuária marginal dos agricultores familiares na área de domínio da União, às margens da BR-364 nos municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia no estado de Goiás. Existe uma insuficiência de dados sobre esses sujeitos, faltando assim, análises e levantamentos das estratégias utilizadas pelos agricultores camponeses situados às margens da BR-364. É necessário conhecer seu processo produtivo, organização do trabalho e da produção, o que produzem, como e onde comercializam e as dificuldades encontradas nessa prática.

Metodologia

O presente estudo perfaz-se em um estudo de caso, pautado no uso de uma abordagem qualitativa, aplicado quando a finalidade é explicar ou descrever um evento ou uma situação⁵. Aqui se fez uso de levantamento bibliográfico; na fase empírica da pesquisa, de aplicação de entrevistas semiestruturadas – com a utilização do questionário – com os sujeitos da pesquisa: os camponeses produtores nas áreas de domínio da União que margeiam as rodovias federais; e observações do espaço estudado.

Entre as principais vantagens de se trabalhar com o estudo de caso, tem-se que esse permite analisar com mais profundidade os processos e as relações entre eles e estimula

⁵ FREITAS, Wesley. Ricardo de Souza ; JABBOUR, Charbel José Chiappetta; Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

“novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatiza a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo”⁶.

As ferramentas mais importantes de uma pesquisa qualitativa são: os documentos, a observação passiva, as entrevistas, os grupos de discussão (grupos focais) e a observação participante⁷. No presente estudo, as principais técnicas utilizadas na coleta de dados de fontes primárias e secundárias foram: a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica, a observação, as entrevistas, o registro etnográfico e registro fotográfico.

Observa-se que é a partir da definição dos sujeitos da pesquisa que se tem o processo de investigação, delimitando o universo que será estudado⁸. Nesse sentido, a presente pesquisa tem seu objeto de estudo centrado nos agricultores familiares que fazem uso da área da União às margens das rodovias federais para plantio e moradia. Evidentemente, sem esgotar as inúmeras possibilidades analíticas que se abrem com as informações coletadas, nas linhas que se seguem foram selecionadas variáveis importantes para entender os processos que moldaram esses sujeitos, fazendo deles agricultores familiares que precisam criar estratégias de resistência para se reproduzirem enquanto agricultores familiares camponeses.

A pesquisa bibliográfica foi confeccionada a partir de pesquisas em plataformas nacionais e internacionais, fazendo o uso de literatura, revistas especializadas, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, artigos e periódicos impressos e eletrônicos. No decorrer do processo da pesquisa bibliográfica, foi notada a quantidade restrita de pesquisas específicas sobre estes sujeitos que ocupam as faixas de domínio da União, tanto nas ciências geográficas como em outras ciências, além de um número limitado de estudos sobre o processo de espacialização desses agricultores.

A fase de coleta de dados de fontes primárias deu-se por meio da pesquisa de campo, que percorreu toda a extensão da BR-364 nos Municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia. Além das entrevistas, a leitura da realidade permitiu uma minuciosa observação do espaço estudado, entendendo que a compreensão do objeto de estudo somente seria possível após a utilização de mais de uma técnica metodológica. O trabalho de campo se mostrou como uma ferramenta essencial para cumprir os objetivos da pesquisa pela sua originalidade investigativa. Sua dificuldade partiu de uma de suas principais peculiaridades: o caráter itinerante da agricultura praticada nas faixas de domínio da União, acarretando no surgimento e desaparecimento de novos agricultores a

⁶ VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. P. 386.

⁷ CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

⁸ VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Op. cit.*

cada ano ou a cada ciclo produtivo. O trabalho de campo compreende a fase de entrevistas, observações, levantamentos de material documental, bibliográfico, instrucional etc⁹.

As visitas exploratórias abrangeram cerca de 40 Unidades Produtivas Familiares (UPFs), das quais 14 foram escolhidas para a realização das entrevistas. Foram excluídas as famílias que residiam apenas nas áreas de domínio da União, ao longo dos perímetros urbanos da BR-364, sem qualquer atividade produtiva. Em várias UPFs, os entrevistados não eram os mesmos presentes durante as primeiras visitas de observação do espaço, o que revela um padrão de ocupação sazonal e, portanto, itinerante.

Nas visitas exploratórias, foram mostrados aos sujeitos da pesquisa quais eram os objetivos da investigação. Sobre tal questão, “os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo”. E, ainda, “as entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas”, possibilitando o uso de entrevista não estruturada, em que o pesquisado aborda livremente o tema sugerido, e estruturada, que implica em questões formuladas antecipadamente¹⁰.

Na utilização da observação passiva como ferramenta da pesquisa qualitativa, tem-se uma preocupação em não alterar o comportamento dos indivíduos observados, buscando preservar a espontaneidade do objeto de estudo, além de não permitir que essa seja maculada pelo pesquisador, considerando o Princípio da Interferência de Eisenberg, no qual, em um processo de pesquisa, o que se faz ou que se diz ao pesquisador é influenciado pela sua presença no espaço de pesquisa¹¹. Já a observação realizada nas visitas exploratórias permitiu a constatação de elementos difíceis de serem apreendidos por meio de entrevistas, além de contribuir na interpretação dos espaços e forma de ocupação dos agricultores.

As entrevistas tiveram a finalidade de atender aos objetivos propostos, desvendando quem são e quais as origens desses sujeitos, suas trajetórias e a forma como eles ocupam essas faixas; identificar seus sistemas produtivos, a produção, as formas de organização e os canais de comercialização que eles acessam; discriminar as técnicas utilizadas nos sistemas de produção; descrever as relações existentes entre os agricultores na beira da rodovia e a grande produção e suas formas de subordinação; e identificar as regras sociais de ocupação desses espaços. Na pesquisa qualitativa, conversar com o pesquisado é o

⁹ MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹⁰ CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação in MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 52. p. 55 e 58. *Op. cit.*

¹¹ CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. *Op. cit.*

método mais claro e óbvio de pesquisa, com base nos vários modos de interação existentes com o sujeito pesquisado¹².

Nessa investigação, utilizou-se a entrevista semiestruturada, que, impede que os interlocutores da pesquisa andem em muitas direções e evitem fugir do tema principal da pesquisa¹³. Nesse sentido, na presente pesquisa, em grande parte dos casos, essas foram realizadas com apenas um membro da família, com início dentro das residências e, na maioria das vezes, concluídas fora delas, nas imediações, pois os agricultores, no decorrer das perguntas e respostas, saíam sempre para mostrar algo da UPF, evidenciando ali suas desinibições e abertura para responder à pesquisa.

Porém, em razão da dificuldade de encontrar os agricultores nas UPFs às margens da rodovia analisada, devido à característica sazonal desses agricultores e também do tempo que eles empregam na agricultura, a seleção dos sujeitos entrevistados deu-se pela sua presença na UPF no momento da visita e também de sua disponibilidade de tempo para as entrevistas, privilegiando as famílias que estavam dispostas e bem à vontade para participar da pesquisa. Aos finais de semana, muitas famílias se deslocam para a cidade, fato observado no trabalho de campo, quando foi necessário retornar por muitas vezes às UPFs em razão do deslocamento para as cidades.

As visitas exploratórias de observação e para entrevistas só foram possíveis em algumas UPFs devido ao grau de confiabilidade obtida junto a esses agricultores. Aos poucos, estabeleceu-se maior segurança e confiabilidade entre pesquisador e pesquisados e maior proximidade com a realidade dos sujeitos da pesquisa.

Porém, mesmo assim alguns dados eram imprecisos em razão da própria lógica desses agricultores, que se diferenciam em muito da grande produção, mas também se distinguem até mesmo de outros agricultores familiares que têm a posse de alguma área. A venda por excedente de produção faz com que se venda o que não é consumido pela família e, assim, não se sabe o que será excedente sem uma determinada periodicidade. Mas, em geral, o subaproveitamento desses espaços agrários é caracterizado por uma baixa produção e produtividade em relação aos outros espaços, isso pela falta de recursos, tecnologias e maquinários.

Quanto à coleta de dados secundários, foram consideradas, sobretudo, as unidades espaciais (escala geográfica) nacional e regional, sendo obtidos em periódicos – principalmente nas áreas de Geografia e Ciências Agrárias – alocados em sítios virtuais. Em contribuição à questão, somente os recursos e as economias de escala de órgãos

¹² CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. *Op. cit.*

¹³ CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. *Op. cit.*

especializados em coletas de dados logram dados com cobertura nacional ou regional, além de amostras com milhares de observações¹⁴. Assim, esses órgãos servem como um instrumento de fundamental importância para o pesquisador na coleta de dados secundários.

A pesquisa documental pautou-se nos relatórios institucionais, documentos e sítios oficiais de instituições governamentais. Porém, pelo fato de esses camponeses não terem costume de anotar suas despesas, não foi possível consultar documentos dos camponeses e cadernos.

Após as entrevistas com os sujeitos, os depoimentos foram tratados e submetidos a uma análise de conteúdo, a fim de evidenciar as principais variáveis do trabalho. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”¹⁵.

As entrevistas foram transcritas observando a norma culta da língua portuguesa e inventariadas, destacando o nome do entrevistado, o quilômetro de localização e as coordenadas da UPF e a data da entrevista. A pesquisa seguiu o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Brasília (CEP/UnB). A orientação de que a pesquisa era de cunho científico contribuiu para a boa receptividade dos entrevistados e pelas famílias. A identidade de cada entrevistado foi preservada e, mesmo com autorização de uso de som e imagem, optou-se por não utilizar no trabalho aquelas que identificassem os agricultores.

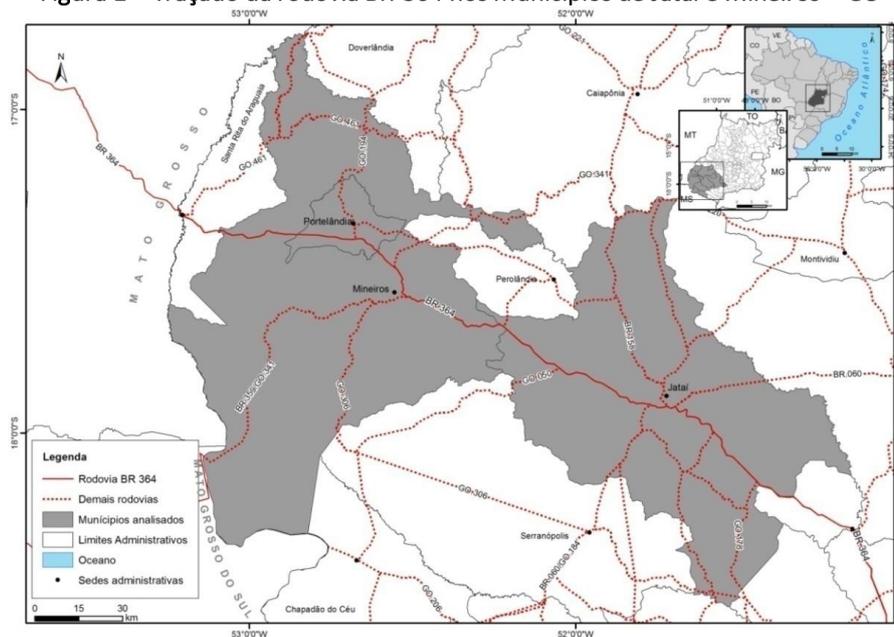
Localização da Área e as Faixas de Domínio da União: definições

A pesquisa de campo foi realizada com os agricultores familiares sem-terra que ocupam as margens da BR-364 (Figura 1), nos Municípios de Jataí, Mineiros e Perolândia, no Sudoeste de Goiás. Esta microrregião, a partir de meados do século XX, passou por grandes transformações com a introdução da agricultura tecnificada; a instalação do complexo de carnes, com a chegada da Perdigão – atual BRF Brasil – e, mais recentemente, com a introdução da agroindústria sucroenergética.

¹⁴ CASTRO, Cláudio de Moura. *A prática da pesquisa*. Op. cit.

¹⁵ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1995.

Figura 1 – Traçado da rodovia BR-364 nos Municípios de Jataí e Mineiros – GO



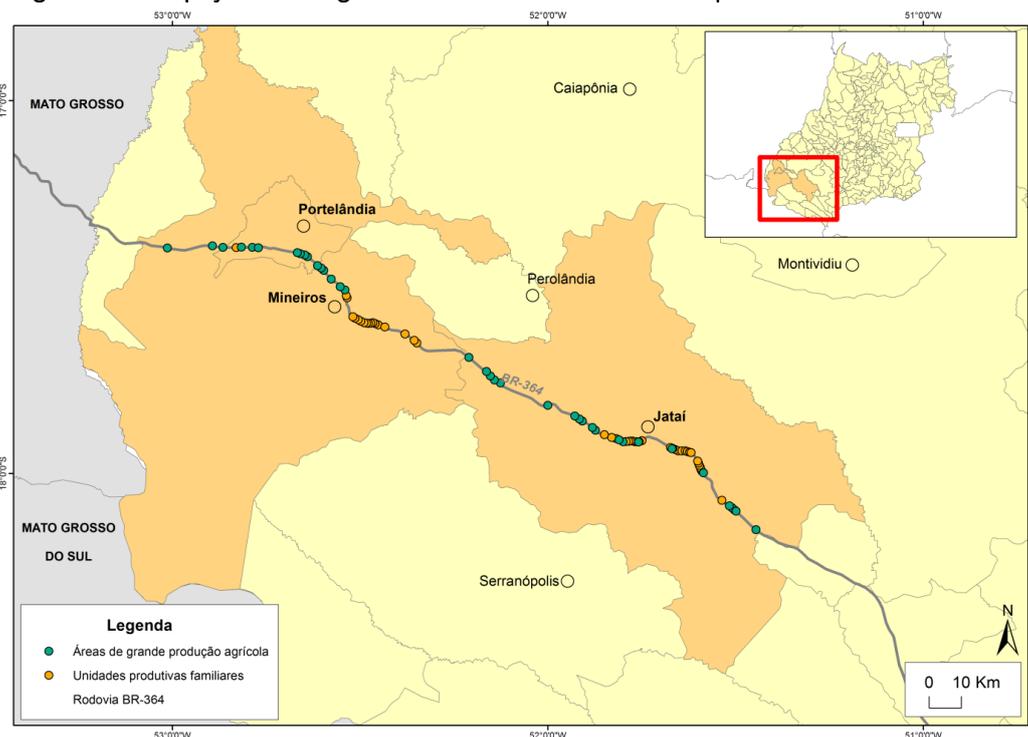
Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V. S. 2014.

Fonte: SIEG (2014).

Esta localidade foi escolhida para a pesquisa, uma vez constatado por intermédio de uma pesquisa exploratória que muitos pontos do seu traçado foram ocupados para exploração agropecuária por uma população que não tem a propriedade e tampouco a posse da terra, ao lado de áreas utilizadas pela grande produção agropecuária. Não foram encontrados estudos aprofundados que tragam como foco esses sujeitos.

A Figura 02 mostra a ocupação da pequena e da grande produção nas faixas de domínio da União ao longo da BR-364. A ocupação dessas áreas, sem dúvida, provoca um impacto na paisagem. Com relação à espacialização dos pequenos agricultores, sua ocupação se dá apenas onde a área não está ocupada pela grande produção. Não há ocupação pelos pequenos produtores das faixas onde não há cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União. Não tendo cerca, deduzem que é um território ocupado pelo grande produtor e não ocupam a faixa para evitar conflito com os grandes proprietários.

Figura 02 – Ocupações às margens da rodovia BR-364 nos municípios de Jataí e Mineiros – GO



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse sentido, é preciso que haja cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União para que essa área seja ocupada pelos pequenos produtores. Entretanto, essa é uma norma que não é escrita, tampouco falada, mas que orienta as relações de ocupação destas áreas. Em sua ocupação, esses territórios vão tendo novas funcionalidades, diferentes daquelas explícitas em leis, uma vez que ali as normas sociais estabelecidas entre esses agricultores se chocam com as normas legais ou jurídicas de ocupação destas áreas.

As faixas de domínio são superfícies lindeiras às vias rurais, delimitadas por ditame específico e sob responsabilidade do órgão ou entidade de trânsito competente com circunscrição sobre a via¹⁶. O termo faixa de domínio é conceituado conforme o Glossário de Termos Técnicos Rodoviários do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)¹⁷ como:

[...] a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras de arte¹⁸, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, até o alinhamento das cercas que separam a estrada dos imóveis marginais ou da faixa do recuo.

¹⁶ BRASIL, *Código de Trânsito Brasileiro* – Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997. Brasília: DENATRAN, 2002

¹⁷ BRASIL, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. *Glossário de termos técnicos rodoviários*. Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico. Divisão de Capacitação Tecnológica. - Rio de Janeiro, 1997. p. 01.

¹⁸ Estrutura, como ponte, viaduto ou túnel que, pelas suas proporções e características peculiares, requer um projeto específico.

As faixas de domínio (Figura 03) compreendem o corpo da rodovia e áreas adjacentes até o limite das propriedades. Sua ocupação (uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio) e das áreas adjacentes às estradas e rodovias deve obedecer às condições de segurança de trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, de acordo com o art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro.



Fonte: Empresa Gaúcha de Rodovias.

Ao lado das faixas de domínio da União, têm-se as áreas *non aedificandi*. Tais faixas possuem uma largura de no mínimo 15 metros de cada lado da rodovia, a partir da linha que define a faixa de domínio¹⁹, onde não se pode construir, conforme a Lei n. 6.766/1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Enquanto as faixas de domínio são patrimônio público, as áreas não edificáveis são terras particulares onde não pode haver nada que gere impactos (como, por exemplo, construções).

As faixas de domínio integram o espaço viário e que, entre as funções da área de domínio das rodovias federais, estão: a implementação da segurança viária, o aumento da capacidade com a ampliação física da rodovia e a construção de instalações de apoio às atividades rodoviárias²⁰.

Não se trata aí de área devoluta ou de uma servidão que possa ser aproveitada para atividades comerciais e outras ocupações não correspondentes com as atividades do transporte rodoviário. A segurança da rodovia está relacionada à sua faixa de domínio, que deve ter uma área marginal de escape, sem a presença de obstáculos físicos e irregularidades do terreno lateral²¹. Nesse sentido, tais áreas devem estar preparadas para

¹⁹ Estabelecida pelo art. 4, inc. II da Lei n. 6.766/1979, com ratificação da Lei n. 10.932/2004, delimita que, ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.

²⁰ MARAFON, M. A.; VAREJÃO, L. C. S. Gestão da Faixa de Domínio do DNIT. In: Encontro nacional de conservação rodoviária, 14., 2009. *Anais...* Belo Horizonte: ENACOR, 2009.

²¹ MARAFON, M. A.; VAREJÃO, L. C. S. Gestão da Faixa de Domínio do DNIT. *Op. cit.*

a invasão de veículos sem controle, por necessidade de uma manobra brusca, falha mecânica ou pelo motorista usuário da via.

A presença de ocupações na faixa de domínio, quando irregularmente instaladas, a torna uma zona de riscos críticos e catastróficos. Árvores de porte, posicionadas a uma distância não segura do bordo do acostamento, via de regra são obstáculos que podem ser altamente letais em ocorrências de acidentes de trânsito. O mesmo se diz de postes, estruturas de drenagem salientes, painéis de propaganda e blocos de fundações, irregularidades do terreno não aplainado, desníveis dos aterros e dos valetões, construções clandestinas, depósitos de materiais diversos, entre outros²².

O uso ou ocupação da faixa de domínio de forma temporária ou permanente, por instalações de serviços públicos ou particulares, pode ser: a) pontual, que representa qualquer instalação em um ponto localizado da faixa de domínio; b) longitudinal, que representa qualquer instalação em sentido paralelo ao eixo da rodovia, de um lado ou ambos, podendo ser subterrânea, aérea ou superficial; e c) transversal ou travessia, sendo qualquer instalação em sentido perpendicular ou oblíquo ao eixo da rodovia, podendo ser aérea ou subterrânea²³.

Nas faixas de domínio das rodovias federais, são permitidas as seguintes instalações: tubulação de petróleo e seus derivados; tubulação de gás; transmissão de dados (telefonia, fibra óptica, TV a cabo, infovia e armários outdoor); energia elétrica (alta tensão, baixa tensão, captadores/coletores, energia solar, subestações e transformadores); água e esgoto, tubulação de água bruta, tubulação de água tratada, tubulação de esgoto sanitário e tubulação de esgoto industrial; acessos (comercial, particular e público); e outras a critério do DNIT (postos de fiscalização, postos de vigilância, abrigos de passageiros e pontos de parada de ônibus, telefones públicos, correias transportadoras, painéis e placas destinadas à publicidade etc.). No caso de ocupações com equipamentos e instalações e obras nas faixas de domínio das rodovias federais, essas devem, sempre que se julgar necessário, serem regulamentadas pelo DNIT²⁴.

O uso legal da ocupação das áreas de domínio das rodovias federais se dá por intermédio do Contrato de Permissão Especial de Uso (CPEU), firmado entre o DNIT e a Permissionária, nas condições estabelecidas pelo Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens

²² MARAFON, M. A.; VAREJÃO, L. C. S. *Gestão da Faixa de Domínio do DNIT*. p. 06. *Op. cit.*

²³ BRASIL. DER/PR. Departamento de Estrada e Rodagem do Estado do Paraná. *Área de Domínio*. Disponível em < <http://sider.der.pr.gov.br/portalfxd/> > Acesso em 20 de ago. 2022.

²⁴ BRASIL. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. *Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT*. Diretoria de Infra-Estrutura Rodoviária, 2008.

Públicos sob Jurisdição do referido Departamento, sendo de forma não discriminatória e equitativa²⁵.

Mesmo no caso de uso regular das faixas de domínios, o item 4.2 do Manual supramencionado define que o uso contratado das faixas de domínio não induz a nenhum direito de posse ou servidão, podendo o CPEU ser cancelado a qualquer tempo sem que caiba à Permissionária qualquer indenização, reembolso, compensação ou outra verba ou valor, seja de que natureza for. Já no item 4.8, aquele Manual destaca que o DNIT poderá suspender, a qualquer tempo, os serviços ou obras que estejam ameaçando a segurança dos usuários da via de transportes e áreas lindeiras, sem prévio aviso (item 4.8.1). Quaisquer benfeitorias realizadas nas faixas de domínio somente podem ser realizadas com a aprovação prévia por escrito do Permissor, e posteriormente incorporadas (item 4.13).

Pelo disposto no item 10.5, a regulamentação para o uso das faixas de domínio de rodovias federais é composta do Manual de Procedimentos para permissão especial de uso das faixas de domínio de rodovias federais e outros bens públicos sob jurisdição do DNIT; da Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT para implantação de cabos de telecomunicações; da Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT para implantação de linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia elétrica; e Instrução de Serviço para ocupação e/ou travessia das faixas de domínio de Rodovias Federais sob jurisdição do DNIT por adutoras, tubulação de gás, oleodutos, esgotos e similares para fins de implantação de linha de recalque²⁶.

De acordo com o Manual de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio, quando se tratar de operação de remoção, o agente deverá estar acompanhado por outro servidor e com o apoio da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Civil (PC), Polícia Federal (PF) ou Polícia Militar (PM). Esses órgãos deverão ser relacionados como testemunhas. Na ausência do apoio, o Agente poderá solicitar dos presentes as informações e incluí-los como testemunhas do embargo; na recusa desses pela assinatura, será necessária a presença de testemunhas.

Em se tratando de uma ocupação já instalada (quiosque, trailer, pontos de vendas, publicidade e demais casos fora das especificações das normas), o prazo para remoção

²⁵ BRASIL. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. *Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Op. cit.*

²⁶ BRASIL. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT. *Manual de Procedimentos para a Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob Jurisdição do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. Op. cit.*

irregular é no mínimo de três dias e no máximo de 15. Já no caso do início ou obra em andamento sem a autorização, e fora das especificações das normas, o prazo é imediato.

A Instrução de Serviços DG/DNIT n. 03/2006 determina à coordenação de Unidades de Infraestrutura Terrestre (UNITs) o redobramento da vigilância e diligência em relação à manutenção das faixas de domínio das rodovias sob sua administração, a fim de garantir que essas sejam desimpedidas e livres de qualquer utilização por parte de particulares mediante sua ocupação em caráter transitório ou duradouro²⁷, ressalvadas as exceções legais regulamentares; e que as Notificações e os Embargos, realizados pelas unidades de campo, de construções localizadas a menos de 15 metros dos limites da faixa de domínio da rodovia, deverão ser notificadas imediatamente à Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias, à Procuradoria Especializada das UNITs, à PC, à PRF, à PF no Estado e à Prefeitura competente²⁸.

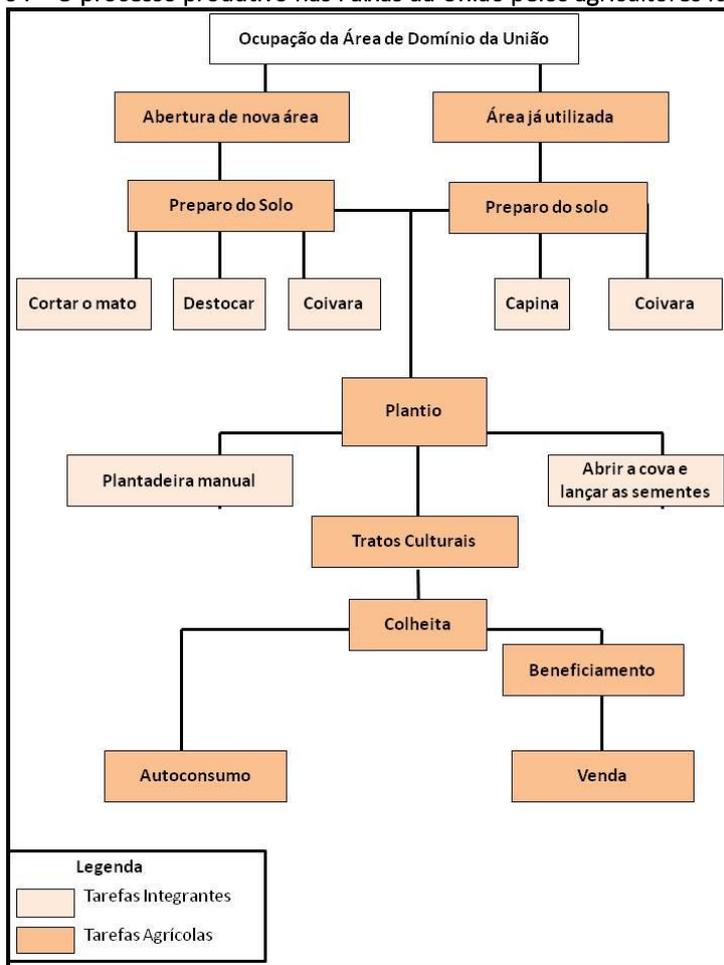
Práticas e Processo Produtivo na Construção dos Espaços de Vida e Produção

Sobre o processo produtivo, a Figura 04 exemplifica todo o processo, desde a limpeza da área até a comercialização ou autoconsumo dos produtos, com as tarefas agrícolas e as atividades integrantes, que são os meios de executar e praticar as tarefas. O processo produtivo nas áreas da união se dá com a escolha da área, delimitação do tamanho da área, derrubada da vegetação, queima, cavação e plantação, tratos culturais, colheita, beneficiamento e comercialização.

²⁷ Também presente na ordem de serviço 01/09 do DENIT.

²⁸ BRASIL. *Instrução Normativa DG/DNIT n. 03 /2006 de abril de 2006*. Instruções complementares para a emissão e encaminhamento de ordem de embargo e notificação de ocupação de faixa de domínio do DNIT.

Figura 04 – O processo produtivo nas Faixas da União pelos agricultores familiares



Fonte: Dados da pesquisa.

A abertura da área, em raros casos, se dá com o auxílio de máquina agrícola, mas, em geral, ocorre o uso dos instrumentos agrícolas básicos (foice, enxadas, enxada e machado, por exemplo) que, em regra geral, são de propriedade do agricultor. É comum deixar algumas árvores, geralmente as maiores e mais robustas, para sombrear o quintal incipiente, mas que futuramente passará a ser cultivado.

Nas áreas da União, quando não se ocupa área já aberta ou com benfeitoria, o trabalho do pequeno agricultor tem início com a derrubada da rala vegetação ali existente. É um trabalho braçal que requer emprego de esforço físico por parte do agricultor. Quando há algum outro agricultor ocupando áreas próximas, esse, não raras vezes, ajuda na abertura da área. É comum também a presença de outros membros da família na abertura dessas áreas.

Sem nenhum tipo de orientação técnica na área de produção vegetal e animal, as famílias se utilizam dos conhecimentos e experiência adquiridos ao longo do tempo em suas práticas agrícolas sobre as características e fertilidade dos solos, tipo de relevo,

conservação do solo, capacidade de retenção de água, etc. Assim as experiências individual e coletiva são fundamentais no sucesso da produção agrícola.

O preparo do solo é uma atividade realizada pelos homens e geralmente inicia com a derrubada da vegetação, que costuma ocorrer no fim do período chuvoso, coincidindo com o período que ocorre as maiores queimadas às margens das rodovias. Isso se intensifica em agosto e vai até outubro, período mais crítico na maioria dos estados do Centro-Oeste em razão da baixa umidade do ar, ventos, aumento da temperatura e vegetação seca.

Em geral, ocorre sem a utilização de máquinas. Não existem tecnologias de melhoramento do solo acessadas pelos agricultores em questão. Não ocorre análises ou correção do solo, considerando o tamanho restrito da área e a limitação financeira dos agricultores. Os materiais utilizados no preparo do solo são: a enxada, o enxadão, a foice e a pá, evidenciando que, ao destacarem que a modernização agrícola não atingiu todo o espaço agrário, permanecendo situações de um ambiente tradicional²⁹.

Nas áreas que não foram cultivadas antes, é comum haver espécies arbustivas, o que dificulta a limpeza do terreno. A utilização do fogo, quando da destoca da área, é utilizada, sobretudo, em áreas com madeiras mais resistentes, uma vez que esse facilita o trabalho do agricultor.

No Brasil, a agricultura itinerante pode receber várias denominações, como agricultura/roça de coivara, derrubada e queima, roça de toco ou agricultura de subsistência³⁰. Alguns agricultores acreditam que a coivara não prejudica o solo e nem o meio ambiente.

A queimada é uma prática utilizada por alguns agricultores, especialmente na limpeza do terreno antes de sua instalação ou depois da aplicação de herbicidas, a fim de deixar a área limpa para a construção de moradia e plantio.

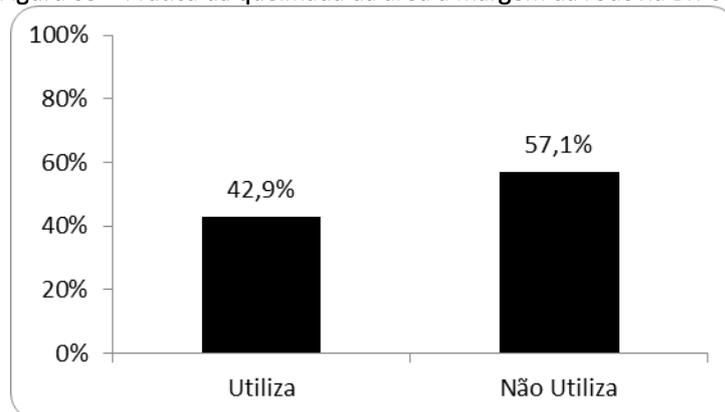
As queimadas a gente não utiliza muito. Mas, às vezes, tem hora que utiliza um pouco também. Porque, às vezes, o capim cresce demais, aí você passa um veneno. Aí, tem hora que você põe algumas queimadinhas. Mas é só onde bate veneno, porque, às vezes você precisa plantar meio rápido. Então, devido o sistema da gente trabalhar que é manual. [...] Em um capim que a gente passou veneno e logo veio o trator com uma grade e revira tudo [...] não há necessidade de você queimar. Mas no caso da gente fazer um plantio ali. Aí não tem como você não queimar, você tem que queimar porque você tem que achar um olho de formiga, pra você estar matando, se não, não tem como você plantar. Aí você tem que queimar. Mas é muito difícil também (Agricultor 1).

²⁹ MODEL, Patrícia Aparecida; DENARDIN, Valdir Frigo. Agricultura Familiar e a Formação de Circuitos Curtos de Comercialização através das Feiras Livres: o caso da Matifeira- PR. *Anais...* ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 2014.

³⁰ ADAMS Cristina. 2000. *As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão*. Interciencia 25: 143-150.

Apesar de entender que a queimada provoca prejuízos ambientais, ainda é uma prática comum nos roçados camponeses. Conforme evidenciado na Figura 05, a seguir, dos agricultores entrevistados na presente pesquisa, 42,9% afirmaram fazer uso da prática de queimadas, enquanto 57,1% afirmaram não utilizar tal método para a limpeza do terreno. Todavia, mesmo aqueles que afirmaram a utilização dessa prática disseram estar cientes de que ela prejudica, sobretudo, o solo.

Figura 05 – Prática da queimada da área à margem da rodovia BR-364



Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, é preciso considerar que seu uso como técnica para suprimir vegetação ainda é muito comum na agricultura em pequena escala, já que é uma técnica de baixo custo e, por isso, em algumas regiões do Cerrado, é relativamente comum o seu uso, porém sua aplicação requer que seja rigorosamente controlado. O Código Florestal (Lei 12.651/12), em seu artigo 38, abre três exceções para o uso do fogo em vegetação, que resumidamente seriam em locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, sob prévia aprovação do órgão estadual ambiental competente; em Unidades de Conservação, em conformidade com o respectivo plano de manejo e mediante prévia aprovação do órgão gestor; e atividades de pesquisa científica vinculada a projeto de pesquisa devidamente aprovado pelos órgãos competentes e realizada por instituição de pesquisa reconhecida, sob prévia aprovação do órgão ambiental competente.

Apesar de que, para esses agricultores, exista um controle da utilização do fogo, essa prática não é precedida de controle rigoroso ou anuência prévia do órgão ambiental. Entretanto, do seu uso inadequado podem ocorrer o seu alastramento incontrolado às margens da rodovia e provocar forte fumaça que compromete a visibilidade dos motoristas.

Habitados à utilização dessas áreas, possivelmente um número maior respondeu que não faz uso do fogo por saber que provocar incêndio em mata ou floresta é um crime

ambiental, definido na Lei de Crimes Ambientais em seu artigo 40, com previsão de pena de reclusão de dois a quatro anos, assim como, no caso dessas áreas, se o incêndio expuser a vida, integridade física ou patrimônio de outro em perigo, o infrator estará sujeito à reclusão de três a seis anos, de acordo com o Código Penal em seu artigo 250.

A coivara é uma prática comum no preparo do solo que consiste na derrubada e queima da vegetação, seguida de um período de repouso entre os ciclos produtivos, mas, no caso desses agricultores, não há período de pousio, e, após a capina, queimam-se os galhos e gravetos que estavam no terreno, deixando-o limpo para novo cultivo.

Após a queima e ficando algum toco de árvore no lote, esses são removidos na destoca e novamente queimados. Depois da abertura da área, é feita a moradia. Em geral, tem-se uma casa simples, de tamanho reduzido, suficiente apenas para abrigar os membros da família, sem muito conforto. As casas geralmente são feitas de madeira e possuem metragem não padronizada. Em muitos casos, são construídas com restos de madeira de alguma outra construção da cidade.

Eu vim pra cá... tem 12 anos que estou aqui. Quando eu instalei aqui, eu vim aqui não tinha barraco, não tinha nada. Cheguei, fiz só uma chochinha e já fiquei (Agricultor 3).

Assim, as residências são construídas das mais diversas formas, conforme as Figuras 06 e 07. A lona, a madeira e a madeira de bambu são os materiais mais utilizados, embora haja aquelas residências construídas de alvenaria.

Figura 06 – Residências na Faixa da União



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

Figura 07 – Residências na Faixa da União



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2014.

O fogão à lenha é muito utilizado nas residências, tanto pela preferência das mulheres como pela economia na utilização de lenha encontrada nas proximidades das UPFs. A maior parte das residências possui mobília simples. A energia elétrica é gerada pelo motor gerador. Porém, há energia em apenas duas unidades de produção. Desse modo, a convivência com a falta de energia elétrica é comum em grande parte dos lotes.

Quando a família ocupa uma área por compra, doação ou escambo, que já foi habitada ou cultivada, o processo de trabalho inicial é menos dispendioso, pois, nesse caso, não haverá vegetação arbustiva, preocupando-se somente com o processo de preparo do

solo para o plantio, para deixar o terreno limpo e a terra preparada para o cultivo. Muitas vezes, tem-se o uso de métodos tradicionais (Figuras 08 e 09) e conhecimento popular para devolver ao solo a sua fertilidade, mesmo com a escassez de recursos, tornando o trabalho menos penoso.

Figura 08 – Agricultor lavrando a terra



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

Figura 09 – Agricultor lavrando a terra



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2012.

As técnicas de cultivo utilizadas por esses agricultores são restritas e com pouco uso de instrumentos e mecanização. O plantio se dá de forma manual, fazendo uso da plantadeira manual, das sementes, ou abrindo as covas. É no plantio que aumenta a participação dos membros da família no trabalho. Todos – mulher, homem, crianças e agregados – se envolvem no trabalho. É comum que os filhos já adultos que residem na cidade se desloquem para essas áreas visando ajudar aos agricultores no plantio, principalmente quando a mão de obra familiar é reduzida. Quando o plantio ocorre através da abertura das covas, enquanto uns abrem os buracos, outros logo lançam as sementes ou as ramas – no caso da mandioca –, cobrindo com terra, geralmente com os pés. Quando plantam com a plantadeira manual – matracas –, seu manuseio geralmente é feito pelo homem.

Nos espaços aqui analisados, a fertilidade do solo é mantida, sobretudo com a utilização de esterco animal e pelos aportes de nutrientes provenientes da decomposição vegetal. Para alguns agricultores que não trabalham com queimadas, após a capina, esses utilizam os restos vegetais como adubo e proteção do solo.

O adubo orgânico tem-se constituído em uma importante fonte de nutrientes para o solo. Todos os agricultores entrevistados na presente pesquisa fazem uso de algum tipo de adubo orgânico. A adubação da área ocorre, sobretudo, na fase de plantio, sendo sobreposta ao solo. Além disso, é comum as folhas das plantas, ao caírem, cobrirem o solo, compondo a serrapilheira, junto com outros ramos, fazendo com que uma quantidade significativa de nutrientes retorne ao solo pela sua decomposição – essencial para a reativação da ciclagem de nutrientes entre a planta e o solo. Os agricultores entendem que

a cobertura vegetal é essencial para a qualidade do solo e impedir a redução da produtividade.

A serrapilheira em sistemas produtivos protege o solo dos agentes erosivos, fornece matéria orgânica e nutrientes aos organismos do solo e para as plantas, levando à manutenção e/ou melhorias nas propriedades físicas, químicas e biológicas do solo e na produção vegetal³¹. Além das serrapilheiras, os agricultores também fazem uso de resíduos de produção agropecuária, obtida pelos resíduos da lavoura (Figuras 10 e 11); e dejetos de animais, como aves ou bovinos e restos de frutas e legumes na produção de compostagem para adubar o solo. A alternativa de utilização de resíduos agrícolas diminui os gastos com insumos. O esterco bovino é o mais utilizado como insumo, sobretudo na produção de hortaliças³², a fim de garantir o aumento da produção.

Figura 10 – Resíduos agropecuários



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2013.

Figura 11 – Resíduos agropecuários



Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2016.

Parte dos agricultores utiliza algum tipo de adubo químico: “quando tem também. Quando não tem, vai sem adubo mesmo” (Agricultor 5). Alguns fazem uso de agrotóxico no combate a pragas e doenças das plantas; porém afirmaram utilizar somente em situações extremas.

Eu quase não uso não [agrotóxico]. Quando eu uso algum produto aí pra inseto, às vezes, é uma vez, duas vezes, quando começa soltar flores, aí você usa um produto mais fraco, mas, às vezes, usa. Mas, em muitas coisas, não usa, por exemplo, a alface mesmo aqui eu não uso, não passo nada. Alface, coentro, não tem veneno. A cebola também não usa. A couve é muito difícil você dar um combatezinho nela. Dá combate quando começa aparecer muita borboleta pra por ovo, aí você tem que dar um combatezinho (Agricultor 2).

Diante do exposto, é possível observar uma preocupação explícita no relato dos agricultores com a questão da contaminação dos alimentos. A maioria dos agricultores não

³¹ ANDRADE, A.G.; TAVARES, S.R.L.; COUTINHO, H.L.C. Contribuição da serrapilheira para recuperação de áreas degradadas e para manutenção da sustentabilidade de sistemas agroecológicos. *Informe Agropecuário*, v.24, n.220, p.55-63, 2003.

³² A palavra hortaliça refere-se ao grupo de plantas que apresentam, em sua maioria, as seguintes características: consistência tenra, não-lenhosa; ciclo biológico curto; tratos culturais intensivos; cultivos em áreas menores, em relação às grandes culturas; e utilização na alimentação humana, sem exigir preparo industrial (FILGUEIRA, 2000, p.15)

faz uso de agrotóxico na produção, não somente pela contaminação dos alimentos, mas por conveniência, e afirmam não ser necessária a utilização em razão do pequeno volume da produção e do custo. Porém, os dois agricultores que mais têm ligação com o mercado afirmaram utilizar biofertilizantes produzidos nas próprias UPFs.

Nas alfaces eu utilizo muito os inseticidas caseiros. Que você faz com pimenta, alho, pimenta do reino, é coisa natural (Agricultor 2).

Alguns ainda utilizam herbicidas, a fim de diminuir o trabalho manual de limpeza dos roçados pela capina. Porém, a compra fica condicionada à disponibilidade de recursos financeiros.

Quando tem dinheiro pra comprar veneno eu compro e bato pra limpar. Quando não tenho, é na base da enxada (Agricultor 5).

A presença de consorciamento é uma prática muito comum entre os agricultores aqui analisados. As sementes são compradas no comércio local, mas existem aqueles que fazem uso de sementes crioulas de milho em seus cultivos, mantidas e selecionadas por várias décadas. A manutenção dessas sementes é uma forma de resistência camponesa frente à modernização agrícola que retira a autonomia do produtor ao lançar no mercado as sementes híbridas e transgênicas que impedem os agricultores de estocarem as suas próprias sementes.

Como o milho é produzido especialmente para o consumo da família e dos animais nas UPFs, e não para venda, ele não necessita ser produzido a partir de sementes melhoradas, adquiridas no mercado, diminuindo os gastos com a produção de milho. Ao contrário do que ocorre com as sementes híbridas e mais recentemente com as geneticamente modificadas, as sementes crioulas podem ser utilizadas de um ano para outro³³. Porém, quando não usam sementes crioulas, precisam recorrer à compra no mercado de sementes híbridas ou sementes melhoradas.

O controle das ervas daninhas nos roçados dos agricultores é realizado de forma manual, com a utilização da enxada. O controle de pragas e doenças em grande parte é feito com biofertilizantes fabricados pelos próprios agricultores, a partir de materiais fáceis de serem encontrados e prontos para o uso em um tempo relativamente curto. É comum também, nas plantações, a utilização de cinzas e de urina de vacas. Entretanto, alguns dos agricultores entrevistados utilizam o controle químico de pragas e doenças.

A falta de acesso a novas tecnologias não está ligada ao tamanho da área, mas à falta de recursos. A assistência técnica é um bom parâmetro para medir o acesso de determinados agricultores a tecnologias. O uso de tecnologias pode ser considerado baixo,

³³ FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista NERA*. Ano 10, nº. 11. Presidente Prudente, 2007. pp.8-32.

considerando que poucos utilizam irrigação ou outra técnica de produção. Geralmente, os produtos irrigados nos canteiros são as hortaliças. Outros cultivos seguem as estações do ano e o regime de chuva da região. Dessa maneira, esses agricultores têm sua produção organizada de modo a utilizar o regime de chuvas ao seu favor, diminuindo, assim, gastos com a irrigação nos períodos de maiores índices de pluviosidade. Nesse sentido, existem tecnologias que não precisam de grandes extensões de terras para ser aplicadas³⁴.

Nas UPFs, a irrigação dos roçados é feita, sobretudo, por roda-d'água ou motor bomba. A irrigação da produção é realizada com regador manual e, sobretudo, nas áreas que mais produzem para comercialização, são utilizados os microaspersores, aspersores e o sistema de irrigação por gotejamento. A irrigação das hortaliças é realizada diariamente pela manhã e pela tarde, dependendo do período e considerando os índices pluviométricos. Todavia, por falta de análise da água, não se sabe a qualidade da água, apesar de os agricultores a considerarem de boa qualidade.

A captação de água se dá nas terras mais baixas, onde geralmente se tem um curso-d'água, e ela é levada para as residências. Em geral, as residências são estabelecidas próximas a fontes de água potável. A água de todas as residências visitadas na presente pesquisa é encanada, oriunda de poços e nascentes que chegam às residências por meio de rodas-d'água ou motor. Entretanto, algumas UPFs não têm água suficiente nem são adequadas à irrigação.

A presença de curso de água próximo é utilizada também pelos agricultores para os serviços domésticos, como a lavagem das roupas e para banho (Figura 12 e 13). Para minimizar o problema da falta de água, os agricultores constroem pequenas barragens pluviais próximas aos cursos-d'água com trabalho braçal utilizando apenas enxadas, onde geralmente instalam uma pequena roda-d'água para captação da água até as residências e para a irrigação nos pequenos roçados.

³⁴ MARTINE, George. A trajetória da Modernização agrícola: A quem beneficia? In CEDEC, Lua Nova - *Revista de Cultura e Política*, Brasília-DF, n. 23, março, 1991.

Figura 12 – Agricultor utilizando água do riacho



Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2016.

Figura 13 – Agricultor utilizando água do riacho



Fonte: Trabalho de campo em outubro de 2016.

Mesmo de forma rudimentar, em várias UPFs foram encontrados sistemas agroflorestais, implantados sem ajuda de especialistas, mostrando que esses agricultores, apesar do desconhecimento científico sobre esse sistema, e, embora saibam que é uma técnica que preserva o meio, fazem muito mais pela necessidade de aperfeiçoar o pequeno espaço garantido para sua produção. Assim, em alguns espaços, foram encontradas frutíferas como mangueiras, laranjeiras e mamoeiros em meio às plantações de mandiocas e abóboras e de outros legumes.

Tal fato evidencia a diversificação existente na agricultura familiar, pois, mesmo ocupando uma restrita faixa de terras, os agricultores conseguem diversificar a produção, tanto para atender às necessidades alimentares das famílias quanto para diversificar as fontes de renda, não ficando dependentes apenas de uma fonte de renda. Sobre a questão:

A agricultura familiar guarda todas as possibilidades de alimentar os membros do grupo doméstico com uma alimentação diversificada e que contenha todos os tipos de «alimentos funcionais», contemplando os proteicos, os carboidratos, os gordurosos ou lipídicos etc³⁵.

Essa diversificação é uma das principais estratégias das famílias de agricultores, pois ela contribui para o enfrentamento das adversidades produtivas e de mercado para sobreviverem nesses espaços, não ficando reféns de poucos produtos e riscos econômicos. São produtos que principalmente contribuem para a alimentação das famílias.

Toda a produção é colhida manualmente tanto pelo homem como pela mulher, com exceção da mandioca, que, em solos mais compactados e de acordo com a profundidade da raiz, pode precisar de um dispêndio maior de força física. Além de seguir a declividade do solo, a produção segue a linearidade da pista. Mesmo a produção sendo, *a priori*, para

³⁵ GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A "Produção Invisível" na Agricultura Familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalim*, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul. 2010.

garantir a alimentação da família, parte dessa é vendida, até porque esses agricultores não produzem toda a alimentação necessária à família.

Assim como os agricultores não souberam especificar o tamanho da área explorada, não souberam também especificar o tamanho da área que utilizam para a plantação de hortaliças. Mas, pelo tamanho da área, são pequenos espaços, próximos às residências. O volume de produtos cultivados e produzidos nas UPFs também é difícil de mensurar, sobretudo em razão desses produtos nem sempre serem comercializados – e, não comercializados, não são contabilizados – e por variarem de acordo com a produção semanal, dinheiro para investimento na produção, questões climáticas, novas áreas, tipo de solo etc. Quando são contabilizados, alguns são contados por caixas, pés, quilos, ou definidos por meio de transportes, como a carreta que é utilizada. Em geral, os agricultores têm dificuldades em descrever em números exatos o que foi colhido dentro da UPF, atestando a lógica peculiar de resistência em que eles se inserem.

A Organização do Trabalho na Esfera Doméstica e Produtiva das Famílias

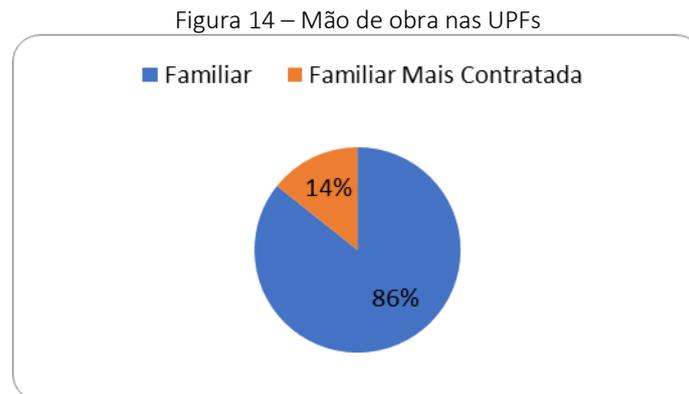
Nessas Unidades de Produção Familiares, verifica-se uma pluralidade na organização do trabalho, que passa pelo arranjo do trabalho familiar, a ajuda mútua, o trabalho acessório, a combinação com o trabalho não agrícola. Essas diversas formas de trabalho é que contribuem para a recriação camponesa nestes locais e expressam a resistência frente ao assalariamento e ao modelo agrícola instalado na região. Nessa perspectiva,

A economia Familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa³⁶.

Nas UPFs localizadas às margens da rodovia BR-364, não se tem a separação entre a gestão da unidade produtiva e a execução do trabalho, pois ambas as ações são de responsabilidade familiar. Esse agricultor vive na terra e da terra, em oposição à terra de negócio, voltada para a extração de mais-valia dos trabalhadores e objeto de extração da mais-valia social.

³⁶ SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Há uma concordância de que a agricultura familiar tem como característica o trabalho familiar na exploração agropecuária³⁷. Através dos dados da pesquisa, cumpre ressaltar que, no referido segmento, o trabalho familiar é predominante em todas as unidades de produção, composto pela força de trabalho dos pais, filhos e, algumas vezes, por outro membro da família, garantindo a sobrevivência do grupo. Apenas em duas UPFs existe a contratação de mão de obra (Figura 14). A preservação do trabalho familiar faz parte da resistência à individualização do trabalho³⁸.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para Santos, existe uma relação entre o trabalho e o território, sendo que esse

[...] não é apenas um conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas, o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (2007, p. 14).

A resistência à expropriação das condições de produção é uma expressão da manutenção e a busca da apropriação da terra para servir de espaço de produção de vida, sob o regime de propriedade familiar ou de posse. O trabalho tem uma centralidade na unidade camponesa, porém ali ele é relativamente abundante, enquanto que os objetos de trabalho, como, por exemplo, a terra, são relativamente escassos³⁹.

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à

³⁷ MARAFON, Gláucio José. Agricultura Familiar, Pluriatividade e Turismo Rural: reflexões a partir do território fluminense. In: *Campo-Território*. Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 17-60, 2006.

³⁸ SANTOS, José Vicente Tavares dos. A reprodução subordinada do campesinato. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2 (2): 109 - 117, 1981.

³⁹ PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte, todas as relações que lhe são resultantes, como por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida, além dos seguintes objetivos: acumulação sem limites ou reprodução da condição de ser camponês⁴⁰.

As relações de parentesco, afinidades e de vizinhança contribuem para a capacidade de adaptação das famílias nestes locais, pois assim recorrem a outros agricultores próximos ou a algum parente para ajuda mútua na produção ou até mesmo na troca de conhecimento sobre a produção agropecuária. Entre os camponeses, a relação de vizinhança evidencia a dimensão local da vida camponesa, ao permitir uma sociabilidade traçada em um pequeno número de famílias que residem próximas em que os membros se identificam com o grupo. “Esta relação entre vizinhos também aponta para uma socialização forjada na esfera local e que se desdobra na produção agrícola, por exemplo”⁴¹.

A ajuda mútua aqui identificada é uma relação comumente utilizada, mas não tão frequente, pelos agricultores em momentos em que precisam complementar a mão de obra e não têm dinheiro para pagar dias de trabalho a algum trabalhador⁴². É uma prática que complementa o trabalho familiar em determinados períodos e contribui para suprir a mão de obra. Geralmente, ocorre no período de colheita, nas aberturas de novas áreas ou construção de residências, na forma de trocas de dias de trabalho. Tem-se⁴³ aí uma relação de reciprocidade⁴⁴, considerando que se caracteriza um trabalho por não obrigação.

Neste caso, entende que

A troca de dia dá-se quando um membro de uma determinada unidade familiar (A) trabalha no roçado de uma outra unidade familiar (B), sob as ordens do chefe desta última (B). Não recebe por isto nenhuma contrapartida em dinheiro, mas assegura que membros desta outra unidade familiar (B) farão o mesmo quando for necessário⁴⁵.

⁴⁰ WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 66.

⁴¹ FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Op. Cit.*

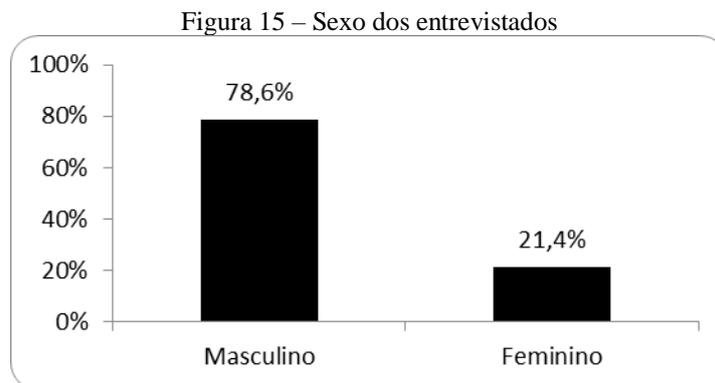
⁴² Essas atividades são também uma forma de escambo de trabalho entre os agricultores, já que um agricultor troca dias de trabalho com outro agricultor próximo, não se configurando uma transação monetária, mas em troca de trabalho pelo mesmo período, em geral, dias de trabalho.

⁴³ WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueira”: o campesinato como ordem moral. Brasília: Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990, 73 p.

⁴⁴ Princípio moral em que a prática da troca de tempo responde à satisfação das necessidades de trabalho (FERREIRA, 2002).

⁴⁵ GARCIA Jr, Afrânio R. *Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. P. 62.

Quanto ao sexo dos indivíduos entrevistados, a Figura 15, a seguir, evidencia que 78,6% são do sexo masculino, enquanto 21,4% são do sexo feminino. Porém, todas as UPFs apresentaram a figura masculina como chefe.



Fonte: Dados da pesquisa.

A porcentagem ora apresentada destoa dos dados oficiais, tendo em vista que, em 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 38,7% dos domicílios brasileiros já eram comandados por mulheres. A diferença então apontada, além de demonstrar a permanência de uma hierarquia de papéis, em que o homem ainda é visto como o responsável provedor da família, também evidencia a insegurança desses locais, considerando que todos estão a poucos metros da rodovia e as residências são frágeis em termos de segurança. Tal fato é verificado por haver a ocupação dessa área apenas por homens como chefes, com a ausência da mulher no comando. Todavia, a mulher cumpre um papel fundamental na produção agropecuária das UPFs, pois, além de ser a responsável pelos serviços domésticos, trabalha no cultivo, na colheita e na comercialização dos produtos, exercendo uma dupla jornada.

Quanto ao estado civil dos agricultores entrevistados, foi possível observar que 71,4% são casados, enquanto 28,6% são solteiros ou divorciados. Os entrevistados que se declararam solteiros ou divorciados são do sexo masculino, e não foi registrada presença da mulher nas UPFs analisadas, evidenciando a masculinização na ocupação daqueles espaços.

Nesse caso, essa masculinização não se dá apenas pela migração das filhas para a cidade, mas também pela migração da mulher, que, em caso de separação, não continua produzindo ou morando na área. A masculinização do campo, em geral, está referendada na ausência de oportunidades de trabalho e renda, que são mais difíceis para as mulheres do que para os homens, e o trabalho da mulher visto como ajuda reforça a subordinação à figura masculina – pai ou marido⁴⁶.

⁴⁶ CARNEIRO, Maria José. *Significados da pluriatividade para a família rural*. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. Textos para Discussão. Brasília/DF, 2005.

Em relação à divisão do trabalho dentro das UPFs, em algumas ocorre de forma indefinida, mas, na maioria, existe uma divisão sexual do trabalho: enquanto o homem é responsável pelos roçados, as mulheres são responsáveis pela plantação no quintal das residências. A organização do trabalho familiar mostra certa hierarquia. No geral, o homem é o responsável pelos roçados e intermediador de todo o ciclo produtivo pela Unidade de Produção Familiar. Assim, o homem é responsável pelas tarefas mais pesadas, principalmente na abertura de novas áreas, preparação do solo, na capina e na colheita da mandioca e a manutenção de algumas criações animais, como a alimentação dos porcos, momentos em que o serviço requer mais dispêndio da força física na destoca e limpeza da área. Fato constatado em alguns momentos quando só foi possível a aplicação da entrevista com a presença do homem.

Das mulheres é a responsabilidade da execução dos trabalhos domésticos, como a limpeza da casa das roupas e da área ao redor, cuidado com as crianças – quando tem – e preparo da alimentação. Porém, nos momentos em que os roçados requerem grande força de trabalho, mesmo sendo de responsabilidade dos homens, estendem-se às mulheres.

Contudo, mesmo o homem sendo incumbido dos serviços mais pesados, para os entrevistados quando precisa, todos os serviços, desde os mais fáceis aos mais pesados são realizados pelas mulheres. Embora exista uma divisão social do trabalho entre casa e roçados, o trabalho das mulheres é tão necessário quanto a força de trabalho dos homens.

Mesmo com a participação crescente da mulher no mundo do trabalho, ainda permanece a ideologia da figura do pai como a principal representação da agricultura familiar, refletindo a cultura que prevalece ao longo dos séculos e que nomeou o masculino como responsável pelas atividades fora do espaço da casa, delimitando esses espaços internos como o lugar da mulher. Todavia, apesar da importância da participação da mulher nas atividades agrícolas familiares, em sua grande maioria ela não é remunerada. “A gratuidade do trabalho da mulher na agricultura brasileira tem como hipótese a sua invisibilidade na agricultura familiar, a não identidade, o não reconhecimento do seu trabalho nessa classificação de produtores agrícolas”⁴⁷.

Na agricultura familiar o trabalho da mulher é gratuito e considerado como uma ajuda, pois, ao contrário do homem, ela trabalha eventualmente e poucas horas nas tarefas agrícolas, responsabilizada pelos afazeres domésticos⁴⁸. Devido a esse trabalho não ser reconhecido, sugere que ele não gera valor econômico e social, reafirmando a tradicional

⁴⁷ MELO, Lígia Albuquerque de. *Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. Resumos... Minas Gerais: ABEP, Novembro 2002. 14p.p. 05.

⁴⁸ MELO, Lígia Albuquerque de. *Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar*. *Op. cit.*

divisão sexual do trabalho. Por não ter o reconhecimento do seu trabalho, é dificultada a participação da mulher nas atividades remuneradas que são atribuídas como se fossem de responsabilidade dos homens. Muitas vezes, nas mentes dos homens e também das próprias mulheres, está sedimentada a ideia de que a mulher não faz parte do processo de trabalho na agricultura.

Verifica-se uma clara divisão e uma valorização do que é produzido nos roçados e, conseqüentemente, do trabalho dos homens que são responsáveis pela produção nesses espaços, em detrimento da desvalorização do trabalho da mulher, mesmo ela atuando grande parte do tempo nas atividades mais pesadas. O abastecimento da família só é possível pelo trabalho conjunto do homem e da mulher e por isso a força de trabalho do homem e da mulher se complementa, assim como se complementam o espaço dos roçados e da casa. Esses espaços complementares visam ao equilíbrio entre produção e consumo familiar. Porém,

Desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é deixá-lo invisível, é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola, e isto não é justo. É preciso dar visibilização ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho⁴⁹.

Mesmo sem estudos comparativos sobre a masculinização nos locais analisados e com os sujeitos em si, faz-se perceptível a existência de uma evasão maior por parte das mulheres, ou seja, ao se separar dos seus maridos, eles ficam na terra produzindo, enquanto elas se deslocam para a cidade. Tal situação foi presenciada nas duas UPFs onde não foi encontrada a presença feminina. Ou seja, a atitude em questão se dá não porque elas não se sentem preparadas para assumir a função, mas, sobretudo, porque a sua função é considerada como complementar dentro da propriedade, e, na divisão de bens, essas faixas de plantio não são consideradas.

Quanto à faixa etária dos chefes de famílias, foi possível notar que eles possuem uma média de idade de 58 anos, variando de 43 a 85 anos – média de idade que segue a tendência de aumento da população rural, uma vez que muitos estudos têm apontado que a idade média da população rural cresceu ao longo dos anos⁵⁰.

Quanto à jornada de trabalho familiar, foi observado que, em razão de grande parte da produção não ser comercializada, inexistente uma rigidez de horário de trabalho diário. No geral, ela segue o fluxo do ciclo produtivo, sendo o trabalho realizado principalmente pela

⁴⁹ MELO, Lígia Albuquerque de. *Injustiças de gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar*. p. 13. *Op. cit.*

⁵⁰ Cf. CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

manhã em razão da exposição ao sol. Por outro lado, isso abre espaço para outras atividades não agrícolas no interior das residências.

A autonomia sobre o trabalho garante a esses agricultores o controle do próprio tempo e por isso deve-se organizar o trabalho familiar de acordo com as estações e os ciclos produtivos dos seus produtos agrícolas. Os agricultores familiares das áreas da União se recriam a partir das diversas formas de trabalho. Em razão do reduzido tamanho da terra e da falta de recursos, a maioria não contrata mão de obra externa.

Nessas UPFs, quando se emprega o trabalho temporário, esse é realizado na forma de pagamento de diária, empreitada ou moradia. Assim, a presença da mão de obra fora da propriedade é mínima. Quando encontrada, ela serve para o contratado muito mais como um lugar de moradia e também de trabalho do que um lugar para se tornar assalariado, pois o pagamento está ligado ao que consome, ao que produz e ao que vende, não tendo um salário ou rendimento pré-determinado. Isso foi característico em duas UPFs no município de Mineiros.

Mesmo nas UPFs que utilizam o trabalho temporário, a lógica é de vender o produto, obter uma quantia em dinheiro e depois comprar os produtos que não foram produzidos, a fim de satisfazer às necessidades da família agricultora, não ocorrendo a capitalização do dinheiro obtido na venda do produto excedente. Assim, ocorre um movimento de circulação simples de mercadoria, expressa, pela fórmula $M - D - M$, sendo relações de produção não capitalistas, tendo suas decisões não orientadas pela geração de lucro⁵¹.

Por outro lado, a utilização do trabalho assalariado dentro de algumas UPFs não significa uma relação capitalista entre patrão e empregado, pois, em alguns casos, essa relação se configura muito mais como a chegada de um agregado para trabalhar na UPF em troca de moradia. Essa se configura em uma relação não capitalista de produção, baseada na renda em produto e não na renda em dinheiro. Sua presença é justificada em virtude da dificuldade em se empregar na cidade.

Considerações Finais

Enquanto que as grandes propriedades rurais percebem o território como um locus da ampliação dos lucros a partir da exploração da força de trabalho e utilização dos recursos naturais, a pequena propriedade reconhece o território e seus agricultores se

⁵¹ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária*. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007. 184 p.

veem reconhecidos nele a partir de um espaço de vida, de moradia, de trabalho, significações e seus sistemas simbólicos e culturais. Espaço onde são desenvolvidas as suas relações sociais na apropriação, organização e uso do território.

A falta da terra é uma das diversas e fortes restrições que esses agricultores familiares enfrentam. É um dos principais problemas da produção agrícola familiar e reprodução da família agricultora, pois é um recurso que não pode ser produzido. Ora pela falta de terra, ora pela falta de fertilização natural dos solos ou falta de água, os agricultores fazem constantes deslocamentos por essas faixas. Por isso, sua falta faz com que agricultores ocupem as faixas de domínio da União, buscando a sua reprodução enquanto agricultores familiares, que, marginalizados e excluídos das políticas públicas, tentam sobreviver nesses restritos espaços.

Essas Unidades de Produção Familiares apresentam características acentuadas da agricultura familiar descapitalizada, como as formas tradicionais de trabalhar com a terra, o uso da mão de obra familiar, o uso do trabalho acessório em alguns momentos e o uso da pluriatividade, que, juntos, compõem as formas de existência das famílias ali instaladas. Criar estratégias de produção nessas áreas é desafiador por diversos fatores, incluindo a falta da propriedade e posse da terra.

A pesquisa possibilitou, portanto, uma compreensão de que esses agricultores têm um jeito próprio de ocupação dessas faixas, ocupando as áreas apenas onde a área não está ocupada pela grande produção. A ocupação das áreas que não têm cerca ocorre para evitar conflito com os grandes proprietários, que também ocupam essas áreas com soja, milho e eucalipto. Assim, é preciso a existência da cerca entre a propriedade e a faixa de terra da União, para que essa área seja ocupada pelos pequenos produtores. Os agricultores ocupam as áreas que estão mais próximas aos centros urbanos, a fim de facilitar a venda dos produtos.

Assim, no geral, essas UPFs são dirigidas predominantemente por homens, com média idade avançada – acentuada pela crescente migração jovem –, com baixo nível de escolarização, ausentes de atividades associativas. Essa ocupação é resultado das estratégias de resistência camponesa frente à estruturação da atividade agropecuária no Brasil e de sua capacidade de criar espaços para a agricultura de base familiar. Nessas Unidades de Produção, em sua maioria ocupada por sujeitos do sexo masculino, a maior parte da renda vem da produção interna das unidades produtivas, sejam elas agrícolas ou não agrícolas. Estes agricultores vivem uma situação de incerteza financeira, com exceção das unidades produtivas onde existem pessoas quem têm a garantia da aposentadoria.

Isso significa que, para grande parte dos agricultores, a venda dos produtos se dá dependendo da disponibilidade do produto. A comercialização feita por excedente faz com que eles não utilizem apenas um meio de comercialização. Assim, em uma época, tem-se o excedente de ovos e, em outra, de hortaliças ou carnes. Os produtos agrícolas, em sua maioria, são comercializados in natura. Um número considerável de agricultores vende vários produtos entre familiares ou conhecidos que residem nas cidades, principalmente ovos, frangos e suínos.

Sua produção, às vezes incipientes, é voltada para produtos importantes de base alimentar das famílias, como hortigranjeiros como folhas, legumes, frangos, galinhas e ovos, que são vendidos em caso de excedente. A exploração pecuária dessas áreas passa pela criação de animais de grande e pequeno porte, como o frango, galinha caipira e suínos.

No geral, os ganhos monetários são extremamente baixos e a maior preocupação das famílias é com os itens que compõem a alimentação da família. Na obtenção de dinheiro, esse se concentra na aquisição dos gêneros alimentícios que não são produzidos pela família, complementando a alimentação dentro da UPF.

Todas as atividades dependem tanto do tempo dedicado a cada uma quanto da quantidade de pessoas que as executam. Sobretudo por se tratar de pequenas faixas de terras, as atividades são desenvolvidas pela própria família. Quando as famílias não conseguem sobreviver do que é produzido dentro da UPF, elas se utilizam de outras estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos agricultores familiares no meio rural, como o trabalho acessório.

Tais sujeitos são caracterizados pelo trabalho familiar nas unidades produtivas a partir de uma economia em pequena escala, com uma produção voltada, sobretudo, para o autoconsumo, com venda de excedente. Os principais problemas relacionados a essa produção por esses agricultores são de ordem física, relacionados à qualidade do solo, declividade e clima. Mesmo excluídos, desempenham um papel ativo na construção de suas estratégias de resistências, a fim de retomar a sua autonomia produtiva. Esses camponeses trazem consigo valores, tradições e costumes que são materializados nos espaços onde estão instalados, pelas mais diversas práticas culturais. Compõem um segmento menos capitalizado da agricultura familiar, já que geram pouco ou nenhum excedente monetário a partir da produção agropecuária.

Portanto, faz-se necessária uma continuação aos estudos sobre a vulnerabilidade da agricultura familiar em espaços marginais de produção no contexto de sua contribuição para os mercados agroalimentares locais. As experiências em grupos de agricultores ou em

unidades produtivas pontuais podem contribuir como alternativas para suprir as necessidades e anseios dos agricultores. O fortalecimento da agropecuária nesses espaços marginalizados pode contribuir para a segurança alimentar e também da cultura da população local.

Recebido em 31 de agosto de 2023
Aceito em 07 de novembro de 2023